

“Última fronteira” para quem? Povos indígenas no Piauí e impasses do desenvolvimentismo¹

Hélder Ferreira de Sousa (UFDPAr/ PI)/

O estado do Piauí vive momentos de expansão no que tange à questão das energias ditas limpas e renováveis. Experimenta também um *boom* na produção de *commodities* – a soja, em especial – resultante da expansão desse setor da economia no estado. Ao mesmo tempo há um investimento em propaganda governamental que ratifica as decisões do poder executivo estadual, apesar da baixa participação social nas decisões que dizem respeito a toda sociedade, além de não haver nenhum diálogo com grupos específicos.

Neste texto pretendo definir o conceito de desenvolvimentismo como ferramenta teórica que me ajudará a pensar a visão estatal no Piauí, nesta quadra. Em seguida a partir da investigação sobre eventos públicos ou privados, nos últimos dez anos entre gestores públicos do estado e povos indígenas no Piauí, cujo objetivo fosse discutir a questão do desenvolvimento e a produção de energia, ou sobre de qual modo os povos indígenas estarão no interior desse processo.

Dentro disso, passo a investigar como está sendo gestada a questão do desenvolvimento do estado do Piauí, e como esse desenvolvimento aguardado está em relação a outros direitos dos povos indígenas como educação específica, acesso à saúde, acesso à terra com capacidade para produzir além de outros temas de interesse das comunidades.

Efetivamente as paisagens antropisadas desde o sul até o norte do estado: os cataventos na zona costeira, os gigantescos painéis solares em meio à caatinga desconhecida, o desmatamento de mata nativa para a produção de soja, a princípio na região sul do estado, e se espalha para outros espaços. São perceptíveis as mudanças econômicas nas cidades ao redor das minas, observar a cooptação de lideranças tradicionais: a vida das comunidades está sendo transformada pela chegada de empresas mineradoras e agropecuárias, sob a propaganda de um futuro promissor em ideal.

A bordo das redes sociais, e tendo como pano de fundo a lógica econômica neoliberal e privatista, os agentes do estado propagam a ideia de que o aumento das

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

energias limpas, com ênfase para a questão do hidrogênio verde², pode elevar o estado a um novo patamar econômico e fazê-lo alcançar o desenvolvimento almejado.

A questão a ser discutida aqui é sobre a participação dos povos indígenas do Piauí, na efetiva construção de uma agenda que permita conciliar os interesses de preservação do meio ambiente e a inclusão das populações indígenas enquanto interessadas nos rumos da política de produção de energia, e na questão ambiental. O contexto atual e a forma como o governo estadual conduz o processo de mudança da matriz energética, impacta diretamente nas diversas populações e em seus/nossos territórios. E de que maneira se apresentam as populações indígenas no Piauí na condução desse processo?

Os processos de auto identificação indígena são recentes no estado do Piauí³, mas trouxeram à luz populações até á pouco apagadas e silenciadas pelos processos coloniais e transmitidos aos processos neocoloniais mais recentes. Concomitante aos processos de reidentificação, contudo, surgem as reivindicações de suas participações nos caminhos e diretrizes que estão sendo traçados no e para o Piauí. Até o presente momento, esta construção se distancia da participação popular, e do debate com as populações indígenas e tradicionais.

Parte desse projeto neo desenvolvimentista pretende desenvolver regiões que são pensadas como vazios ou de terra de má qualidade. Um exemplo é o MATOPIBA, uma região que compreende o bioma do Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, abarcando uma área de cerca de setenta milhões de hectares que inclui áreas agrícolas, unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos rurais voltados à reforma agrária.

Atualmente, o MATOPIBA é considerado uma grande – também a última – fronteira agrícola que tem chamado atenção de investidores estrangeiros e grandes produtores devido a seus fatores locacionais que inclui topografia plana, facilitando a mecanização; solos profundos e o clima favorável ao cultivo de grãos. (SILVA; MONTEIRO, 2020). Por isso, a região tem se tornado palco de intensos conflitos e disputas entre os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, agricultores familiares) e grandes latifundiários que chegaram à região com o avanço do agronegócio (FIAN, 2018).

² Sobre hidrogênio verde ver <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/12746/10175>

³ Ver SOUSA, Hélder F. de. **Existências resistências, aí é apostado, Tii!! : reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piripiri – Piauí**, 2020.

Este trabalho busca investigar se os povos indígenas na região foram convocados para discutir, além da agroindústria, a implantação de projetos que envolvem setores das usinas eólicas e solares, grandes projetos de mineração, hidrogênio verde e porto marítimo. Procuo saber de que modo o desenvolvimentismo agride nossos territórios ancestrais e outros territórios, de outras populações tradicionais.

Desenvolver o subdesenvolvido?

Posto isso, é necessário atribuir sentido aos termos desenvolvimentismo e mesmo neo desenvolvimentismo, posto que oferecem elementos para refletir sobre o *zeitgeist*⁴ do Piauí neste período. Almeida (2012) aponta que

O desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população.

Neste artigo o termo desenvolvimentismo serve para indicar que é este o sentido atribuído ao contemporâneo da gestão estatal do Piauí, embalado pelo sonho de um porvir de riquezas e prosperidade, embora não fique explícito para quem. Perguntar sobre qual o lugar das sociedades indígenas, das populações tradicionais, costeiras ou similares, no processo de construção dessa visão de estado. Trata-se de escolha pessoal da gestão e não um processo de construção e fortalecimento de uma comunidade de interesses, em vários sentidos.

O estado do Piauí⁵, ao longo dos últimos vinte anos tem sofrido com crescentes investidas dos grandes empreendimentos, em vários setores. O início do processo de invasão recente tem causado prejuízo ao meio ambiente e para a população piauiense, de modo específico para populações quem vivem, ao menos em parte, historicidades e territorializações que coincidem com os territórios visados pelas grandes corporações.

⁴ O espírito do tempo, em tradução livre.

⁵ No início de julho de 2017 a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que reativou a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA. O fato de ele ter sido aprovado mostra que há interesses poderosos por trás da iniciativa, após ela ter sido revogada pelo próprio Executivo.

A promessa de desenvolvimento econômico, somada às oportunidades de empregos ofertados pelas empresas e as facilidades oferecidas no início do processo de entrada dessas empresas nos territórios, se contrapõe às gestões empresariais acusadas de trazer a divisão de grupos familiares e comunidades, fazer ameaças de expulsão de agricultores e suas famílias e agirem de maneira prejudicial aos interesses coletivos, com sérias consequências sentidas no meio ambiente, causando adoecimento e aumento da desigualdade econômica e social.

Para nós, povos indígenas, a verdadeira riqueza de um território não deve e nem pode ser medida pela possibilidade de exploração, e sim pela possibilidade que as culturas locais possam de compartilhar seus saberes construídos ao longo do tempo, coletivamente, pela relação, apropriação e pertença das pessoas com a terra à qual pertencem. São estes os componentes que devem ser priorizados.

Compreendemos que o território de vida dá vida e trabalho e todos os nossos territórios são sagrados. São nossos mundos de memória, além de personificarem as vivências encarnadas nas heranças e histórias ancestrais. A quem serve esse tipo de desenvolvimento e quais grupos devem ser incluídos no processo? Importante salientar que por trás do discurso de atraso, que precisa ser revertido, surge a pretensa solução encarnada em ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’.

A chegada das grandes empresas em solo piauiense

Conforme Silva (2014, p. 164), a

palavra desenvolvimento possibilita que os governos, alicerçados por campanhas midiáticas que difundem a abertura de mercado e a instalação das transnacionais como uma necessidade imperativa para a melhoria das condições de vida, convençam a população local de que a chegada destes empreendimentos será uma possibilidade de ganho efetivo

A busca pelo domínio de setores estratégicos encobre o objetivo central das grandes empresas, que é a maximização dos lucros em amplo sentido. As empresas se apropriam do território, extraem matéria-prima, exploram mão de obra barata e descartável, pois aos trabalhadores é garantido somente um período de contrato. Finalizado o contrato, o trabalhador é substituído por trabalhadores de outras regiões

que não possuem nenhuma relação e/ou sentimento de pertença aos territórios onde serão instalados os projetos.

Os sussurros locais falam de impactos socioambientais nos territórios do Piauí provocados pelas grandes empresas. São sentidas mudanças climáticas em todo estado, com períodos de chuva aumentando a cada ano, causando desmoronamento de imóveis, deslizamento de terra e famílias desabrigadas. São registrados períodos de altas temperaturas e calor extremo, atingindo principalmente a população mais pobre e periférica, o que gera prejuízos indesejados para as vidas das populações.

Assim, não é demais reprimir que a vinda de megaprojetos nos territórios piauienses impacta e desestabiliza a vida das pessoas e dos ecossistemas. Porto-Gonçalves (2004: 39) ressalta que,

Assim, desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com o seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza.

O atual território do Piauí foi compreendido durante a colonização como parte do Sertão de Dentro: um território inexplorado, mas com muitas potencialidades, cobiçado por grandes empreendimentos ligados a setores da agropecuária, fazendas e criação de gado, ligados à escravização de indígenas e negros, ao comércio de drogas do sertão e ao avanço sobre as terras dos povos originários.

Os estados vizinhos do Ceará, Maranhão e Bahia, que convivem com estas formas econômicas ligadas ao desenvolvimentismo e ao neo desenvolvimentismo, já experimentaram e vivem outros momentos do processo de invasão de seus territórios pelos megaprojetos. A localização geográfica e os aspectos ambientais do estado lhe proporcionam um local com grande extensão de vegetação semiárida e caatinga, o que significa territórios com característica de seca e quente, e grandes extensões planas são cobiçadas pelo agronegócio para o desenvolvimento de monoculturas como a da soja.

Nesse ponto trago a questão. Por quais razões os povos indígenas não foram chamados a se posicionar sobre a matriz energética ou em que sentido esse desenvolvimento afeta diretamente as comunidades das regiões que pouco a pouco se vêm cercadas pelos grandes empreendimentos? Quais comunidades indígenas estão sendo chamadas pelo poder executivo para discutir sobre o projeto de desenvolvimento atual.

Uma busca em notícias na rede mundial de computadores, que incorpore desse o ano 2000, não há nenhum momento em que os povos indígenas ou quaisquer tradicionais, de pesca, marisqueira ou outras comunidades tenham sido chamados a dialogar com as gestões estaduais sobre os aspectos ligados ao agronegócio, mineração, energia e áreas correlatas.

Outro aspecto do desenvolvimentismo pode ser observado a situação local, se refere à presença de empresas multinacionais que passam a desenvolver projetos na área de produção de energias “limpas”, “verdes” ou “renováveis”. Uma das principais empresas com atuação no estado do Piauí é a multinacional Enel Green Power, que domina a escala de projetos no setor elétrico no Brasil, e é proprietária dos maiores parques eólicos e solares da América Latina, instalados no norte e sul do estado, respectivamente. A atuação da Enel Green Power personifica uma das características centrais desse tipo o capitalismo, que é o domínio de grandes territórios e de mercado para poucas empresas.

No norte do estado, onde se encontra a zona litorânea, a atenção está voltada para a implementação de parques eólicos. O maior deles está localizado nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio. Trata-se do parque eólico Lagoa dos Ventos que é o maior parque eólico atualmente em operação na América do Sul. É em Queimada Nova que se territorializa a comunidade indígena Cariri. Uma de suas lideranças afirma que recebeu visita da empresa, mas se colocou contrária às investidas, pois sabe o que significa e que a comunidade não aceitou a colocação de equipamentos no território Cariri.

Sobre isso, o nordeste brasileiro é responsável por grande parte da produção de energia eólica, representando mais de 90% da produção nacional, São mais oitocentos parques eólicos em operação no país, sendo e mais de setecentos deles instalados no Nordeste. Como principal impacto, os parques eólicos afetam casas, cisternas, estradas, acessos a determinadas regiões e até a saúde mental de moradores, além de problemas na produção agrícola.

Já no sul do estado, o município de São Gonçalo do Gurguéia, localizado a 800 km da capital Teresina, é o local onde está instalado o maior parque solar da América Latina. Como consequência do esforço empresarial pelo lucro máximo, a Enel foi responsável pelo rompimento de uma bacia de contenção de águas de chuva das obras

do Parque Solar São Gonçalo, em fevereiro de 2020⁶. A principal fonte de água para consumo, local de banho e irrigação de pequenas propriedades rurais foi amplamente atingido, deixando a água do rio imprópria para consumo, e um rastro de destruição no rio Gurgueia, um dos principais do estado e o principal da região.

Há relatos, inclusive, de reações alérgicas de moradores que tiveram contato com a água dos rios, devido a contaminação dos mananciais, além de deixar a água do rio imprópria para consumo. Não diferente de outras regiões, o modo de violação se repetiu, e atingiu pelo menos cinco municípios do entorno, São Gonçalo, Corrente, Barreiras, Riacho Frio e Gilbués.

Importante destacar que o município de Gilbués tem uma das maiores áreas de solo degradado do Nordeste e é um dos principais núcleos de desertificação do país, conhecido como o “Deserto de Gilbués”. Nesse território é possível notar em diversas áreas a erosão violenta que cria voçorocas, crateras surgentes em razão de solo sem vegetação, facilmente alterado por enxurradas. Esse impacto é sentido principalmente pelos agricultores familiares da região, que perdem sua principal fonte de trabalho e renda, pelo fato de o solo naquela região está se tornando improdutivo.

E os povos indígenas do Piauí, onde estão?

Nesse sentido aponto que se atualmente experimentamos no Piauí, uma espécie de neo desenvolvimentismo, no que diz respeito à gestão estadual, é importante lembrar que é um fenômeno mais facilmente observável a partir da virada do século XX para o século XXI. Um dos eventos de maior repercussão, nesse desenvolvimentismo a qualquer custo, ocorreu no município de Cocal, quando do rompimento da Barragem de Algodões em 2009. Foram cinquenta milhões de metros cúbicos de água sendo liberados em pequeno espaço de tempo, causando a morte de nove pessoas no momento do rompimento. As mortes imediatas e aquelas que ocorreram no período posterior, como resultando em doenças decorrentes da tragédia, totaliza vinte e quatro vidas perdidas. Com o rompimento da barragem, centenas de famílias ficaram desabrigadas e/ou foram obrigadas a mudar de território.

⁶ O site da empresa diz que “A planta solar de São Gonçalo no estado do Piauí é um parque recordista constituído por mais de 2.2 milhões de painéis solares, que está inclusive desempenhando um papel chave na recuperação verde no Brasil”.

Passados quinze anos depois da tragédia, o governo do estado afirma ter compensados os atingidos e atingidas pela tragédia por meio de acordo e pagamento de indenização. Em outra perspectiva o rompimento da barragem de Algodões trouxe perdas materiais e traumas psicológicos para toda a região. O cenário de devastação ainda é visível, e a vida das pessoas atingidas mudou definitivamente, assim como afetou a principal atividade produtiva da região, a criação de peixes, que deixou de existir completamente.

Outra área de interesse das corporações é o consumo e venda de energia elétrica. É comum entre as corporações, negar a existência dos sujeitos e das violações, e, assim, é a atuação da empresa Equatorial Energia, responsável pelo abastecimento de energia no estado. Desde a capital do estado e em todos os municípios do interior, a empresa causa danos aos consumidores. Esse que é um serviço essencial impacta negativamente a vida das famílias.

O Piauí é o estado onde se paga a energia mais cara do nordeste, mas lidera também no que diz respeito à má qualidade do fornecimento de energia, ou seja, a população paga caro por uma energia de qualidade duvidosa e é mais um exemplo observável, pois tal situação decorre, em parte, da privatização do setor elétrico no estado, em 2018.

Desde o ano de 2023, a empresa que explora o setor de energia elétrica no estado Equatorial Energia está sob Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI na Assembleia Legislativa do Estado, diante das recorrentes denúncias dos consumidores. Mesmo diante deste cenário, recentemente a empresa anunciou reajuste de mais de 14% na tarifa para os consumidores. Outro impacto sofrido é a dificuldade de acesso da população à Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE por famílias baixa renda, um direito a desconto mensal na tarifa de energia para as famílias inscritas no CadÚnico do Governo Federal, mas que enfrenta dificuldades de implementação.

O impacto do alto preço da tarifa de energia é sofrido na vida e no bem-estar da população piauiense, sobretudo, na vida das mulheres. Entendendo que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e do trabalho do cuidado, a responsabilidade por economizar energia também recai em parte sobre as mulheres, e se traduz em mais carga para as consumidoras em situação doméstica. Ainda que todo esforço seja colocado para racionar a energia elétrica, a tarifa de energia elétrica é parte significativa nas contas mensais, em qualquer família que a consuma.

Além da má prestação do serviço, os consumidores lidam com a constante queda e oscilação de energia, causando picos de consumo, queima e perda de eletrodomésticos. Por tanto, ainda que haja esforço dos consumidores no sentido de não desperdiçar, a prestadora do serviço é em grande parte responsável pelo impacto desse uso no bolso dos consumidores.

Observando toda problemática em torno da ação das empresas do setor elétrico e do serviço de energia elétrica fornecido para a população, desde 2010 está na pauta os projetos de construção de hidrelétricas, usando o canal hídrico do segundo maior rio do nordeste, o rio Parnaíba. Nele está construída a usina hidrelétrica Boa Esperança, antiga UHE Marechal Castelo Branco, cuja construção inicia em 1964 e se estendeu até 1970, está localizada no município de Guadalupe, à sudoeste do Piauí. Recentemente a atual gestão estadual volta a tratar sobre a exploração do Parnaíba para construção de hidrelétricas, o que atingiria pelo menos cinco municípios da região do médio Parnaíba, e também municípios do vizinho estado do Maranhão.

Considerações finais

Ao longo de sua trajetória econômica, anterior e recente, o Piauí tem vivenciado riscos de violações de direitos humanos, como no caso das populações indígenas na região de expansão do agronegócio. Fica claro que o apelo ao lucro causam impactos na vida das pessoas e para o meio ambiente. Diante disso é urgente repensar a forma que o território tem vivenciado o impacto dos grandes empreendimentos, além da forma como o estado se tem divulgado o imaginário de “desenvolvimento” e “energia limpa”, em que a população banca através dos impostos, pouco ou quase nada recebe de retorno e, se muito, fica com a destruição.

Até a década de 1980, o estado do Piauí tinha como principal atividade produtiva a pecuária extensiva. Hoje, a região de MATOPIBA vem sendo ocupada “[...] por uma nova economia agropecuária sob o comando de monocultivos agroflorestais em larga escala, especialmente de grãos, com destaque para a soja, mas também algodão e milho” (ALVES, 2020, p. 3).

Com isso, MATOPIBA se consolidou como uma fronteira agrícola mediante avanço do agronegócio, este fato vem fomentando impactos socioambientais tanto para as comunidades agroextrativistas, que vivem da agricultura tradicional, quanto para o bioma do Cerrado (bioma local) que vem sofrendo com a perda da biodiversidade local,

com o desmatamento intensivo e com técnicas agrícolas agressivas que atingem os recursos naturais como a água e o solo. Os povos indígenas e tradicionais nessa “última fronteira” estão mais uma vez sendo deixados de fora das decisões sobre seu próprio presente e futuro. Última fronteira para quem?

Referências consultadas

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo..** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012.

SOUSA, Hélder Ferreira de. **Existências resistências, aí é apostado, Tii!! : reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piripiri – Piauí, 2020.**

FONSECA, Pedro Cezar Dutra & SALOMÃO, Ivan Colangelo. Rev. Econ. Contemp., núm. esp., **O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade, 2017,** e172125, p. 1-20.

BLANCO, Letícia de Souza; CARVALHO, Felipe Teixeira; SANTOS, João Lucas Alves dos; PEREIRA, Vitor Hugo Mendes; DEVES, Beatriz Di. Sessa. **Agronegócio e suas repercussões no Matopiba.** Revista Okara: Geografia em debate, v. 15, n. 2, p. 173-190, 2021.

LIMA, José Auricélio Gois **A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil.** Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2022.

Sítios da rede mundial de computadores

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito.** <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201309121650480.Conceito%20Desenvolvimentismo%20-%20Pedro%20Fonseca.pdf>